

Sumário

Introdução	09
1. Parte Geral	11
1.1. Requisitos essenciais para a edição das súmulas vinculantes.	13
1.2. A necessidade de utilização do instituto de forma mais cautelosa em relação a questões de natureza penal e processual penal.	16
2. Análise crítica das súmulas vinculantes em matérias penal e processual penal	19
2.1. A Súmula Vinculante n. 9 e a questão da revogação do tempo remido	21
2.1.1. <i>Principais debates no Plenário para a edição da súmula vinculante</i>	22
2.1.2. <i>Precedentes paradigmáticos que foram utilizados para fundamentar a edição da Súmula Vinculante n. 9</i>	25
2.1.3. <i>Da correção da Súmula Vinculante n. 9</i>	27
2.2. A Súmula Vinculante n. 11 e o uso de algemas: análise do <i>leading case</i>	30
2.2.1. <i>Principais debates no Plenário para a edição da súmula vinculante</i>	32
2.2.2. <i>O conteúdo do comando sumulado e seus problemas</i>	34
2.2.3. <i>Nulidade do ato x nulidade do processo: outra inobservância do Supremo Tribunal Federal aos seus precedentes</i>	36
2.3. A Súmula Vinculante n. 14 e o direito de acesso aos autos: sua criação e considerações iniciais	40
2.3.1. <i>O direito fundamental à ampla e devida defesa</i>	43
2.3.2. <i>Conclusões e proposta de alteração de redação da Súmula Vinculante n. 14</i>	50
2.4. A Súmula Vinculante n. 24: notas iniciais sobre sua edição	50
2.4.1. <i>Ausência dos devidos e aprofundados debates para a edição da Súmula Vinculante n. 24</i>	53

2.4.1.1. Primeiro fundamento. Não preenchimento dos requisitos formais exigidos constitucionalmente para a edição de súmula vinculante.....	54
2.4.1.2. Segundo fundamento: Violação da Teoria da Atividade (art. 4º, CP)	57
2.4.1.3. Terceiro fundamento: Vinculação do Poder Judiciário à decisão de cunho administrativo, contrariando-se o disposto no art. 5º, XXXV, da CF/88.....	60
2.4.1.4. Quarto fundamento: Violação do art. 5º, XXXIX, da CF/88	63
2.4.1.5. Quinto fundamento: Alteração do prazo prescricional, que se tornou variável para o mesmo tipo penal.....	64
2.4.1.6. Sexto fundamento: Relativização da Súmula Vinculante n. 24 e o problema da exclusão do inciso V do art. 1º da Lei n. 8.137/1990 da redação do comando sumulado.....	69
2.4.1.7. Sétimo fundamento: Impossibilidade de utilização de medidas cautelares para a apuração dos crimes tributários de natureza material	78
2.4.1.8. Oitavo fundamento: Impossibilidade de apuração de fato criminoso previsto no art. 1º da Lei n. 8.137/90 mediante inquérito ou outro meio legal de investigação.....	81
2.4.1.9. Nono fundamento: A total desproteção do bem jurídico tutelado e a diminuição da arrecadação tributária esperada	83
2.4.1.10. Décimo fundamento: Os delitos tributários como antecedentes da lavagem de dinheiro nos moldes da Lei n. 12.683/2012	97
2.4.1.11. Modulação dos efeitos da alteração jurisprudencial em caso de revogação da Súmula Vinculante n. 24 e da alteração do entendimento de que o crime se consumaria com o exaurimento da esfera administrativa	102
2.5. A Súmula Vinculante n. 26	116
Conclusões	119
Bibliografia	129